

Como Fazer ‘Análise de Conjuntura’ numa Abordagem Histórica

Rosângela de Lima Vieira

Como citar: VIEIRA, R. D. L. Como Fazer ‘Análise de Conjuntura’ numa Abordagem Histórica. *In*: CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. D. (org.). **A conjuntura econômica e política brasileira e argentina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.15-24. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-683-1.p15-24>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

COMO FAZER ‘ANÁLISE DE CONJUNTURA’ NUMA ABORDAGEM HISTÓRICA

Rosângela de Lima Vieira

A experiência de participar de várias edições do *Fórum de Análise de Conjuntura*, organizado pelo Grupo de Pesquisa “Estudos da Globalização” e formado principalmente por professores da FFC/UNESP, indicou a necessidade da realização de um mini curso que fornecesse instrumentos metodológicos aos interessados em fazer ‘análise de conjuntura’. Em duas edições do Fórum o mini curso foi ministrado e o interesse dos alunos comprovou sua importância e a necessidade de elaborarmos um texto que os orientasse em atividades acadêmicas nas quais a análise de conjuntura pode ser uma metodologia fundamental. Todo estudo de fenômenos sociais – do presente ou do passado – ganha em alargamento, amplitude e profundidade se partir da análise da conjuntura de sua própria época.

De início faremos um breve percurso sobre o conceito de conjuntura, e depois os elementos essenciais na análise de conjuntura. Primeiramente é importante advertir que há diferentes conceitos de conjuntura e, portanto, de metodologias para empreender a sua análise. Aqui será apresentada aquela constituída a partir da ótica de uma abordagem

histórica¹, que acreditamos ser fundamental para aqueles que desejam empreender suas pesquisas no âmbito social.

Nessa perspectiva, é necessário apresentarmos a origem do significado do conceito de ‘conjuntura’ a ser aqui utilizado. Fernand Braudel (1902-1985), historiador francês, desenvolveu o conceito de múltiplas temporalidades em oposição à cronologia tradicional do tempo único. Segundo ele a qualidade dos estudos está relacionada à capacidade de o pesquisador observar as relações entre as diferentes temporalidades que condicionaram o fenômeno estudado. Ou seja, é necessário observar os fatos, sua conjuntura e suas estruturas históricas. Pois, na concepção de Braudel “[...] entre o passado, mesmo longínquo, e o presente nunca há ruptura total, descontinuidade absoluta [...]” (BRAUDEL, 1985, p. 53). “A concepção de tempo de Fernand Braudel é inovadora tanto pelo fato de desdobrá-lo em múltiplas temporalidades, como por entender o tempo como um instrumento de observação para o historiador.” (VIEIRA, 2002, p. 10). Logo, cabe ao pesquisador empreender os cortes temporais – as durações resultam dos objetivos a serem alcançados – e buscar as diferentes camadas do tempo para uma percepção mais global do fenômeno estudado.

Os estudos dedicados exclusivamente aos fatos são importantes, quando se quer obter apenas um conhecimento histórico das circunstâncias imediatas. Outros estudos, de ordem conjuntural, colaboram na identificação das múltiplas relações que levaram à ocorrência do fato. Já as pesquisas que buscam os condicionantes estruturais de longa duração daquela conjuntura e posteriormente do fato também são indispensáveis. No entanto, a perspectiva braudeliana, ao sugerir a realização dos três níveis de análise e suas respectivas relações, impele a observarmos o conjunto e, portanto, a globalidade do fenômeno histórico. (VIEIRA, 2014b, p. 65-66).

Assim se pode notar que não é possível conceituarmos conjuntura isoladamente, já que se trata de um corte temporal necessariamente relacional. Para Braudel são necessários no mínimo três cortes temporais na análise histórica, a curta, a média e a longa duração: a primeira são os

¹ A ‘análise de conjuntura numa abordagem histórica’ difere das análises recorrentes entre alguns economistas e sociólogos presentes na mídia comumente. A diferença mais significativa é que essas análises são de curta duração, o que para os historiadores são fatos e não conjuntura.

fatos/acontecimentos; a segunda é a conjuntura; e a terceira são as estruturas históricas. Ele identifica cada duração como: tempo individual, tempo social e tempo histórico respectivamente.

A conjuntura caracteriza-se como um conjunto de acontecimentos encadeados, os quais explicam o processo histórico diretamente relacionado ao fato histórico. A permanência ou a mudança de uma conjuntura resulta do próprio processo histórico e sua duração é dada pelo fenômeno estudado, pois ele é que determina o corte temporal necessário. Sua duração ideal é de algumas décadas; Braudel trabalhava com 30/50 anos. Segunda ele, a conjuntura é um recorte regido por uma dinâmica própria, cujos contingentes são articulados por relações instáveis, mas que perderam por algum tempo. Adiante serão apresentados alguns exemplos que ajudarão na compreensão dos cortes temporais.

O ponto de partida nessa concepção é o nível de subjetividade do pesquisador na elaboração dos elementos constituintes da conjuntura para definir a sua duração. Pois ele é quem procura relações causais dentro de uma multiplicidade de fatos, buscando explicar em dada conjuntura, o que decorre a partir de sua ótica e de seus interesses políticos, científicos e acadêmicos.

Na abordagem braudeliana de análise de conjuntura não se desenvolveu a metodologia para realizá-la. Embora tenha destacado a sua importância, Braudel adverte que “[...] tudo está por construir, diria, por inventar, no que concerne à conjuntura, essa personagem ignorada, ou quase [...]” (BRAUDEL, 1992, p. 106). Em suas obras, porém, ele efetivamente conseguiu empreendê-la de forma articulada.

Outros autores se debruçaram sobre a questão e contribuíram para compreendermos como de fato devemos fazer este tipo de análise, é o caso, por exemplo, do sociólogo Herbert de Souza. No livro *Como se faz análise de conjuntura* ele propôs uma metodologia para a análise da realidade política, ou seja, para daquele momento histórico da década de 1980. Embora nosso objetivo neste artigo seja contribuir para a utilização da análise de conjuntura em toda e qualquer temporalidade, espaço ou tema, há uma advertência inicial de Betinho muito significativa.

A análise da conjuntura é uma mistura de conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse. Nesse sentido não há análise de conjuntura neutra, desinteressada: ela pode ser objetiva mas estará sempre relacionada a uma determinada visão do sentido e do rumo dos acontecimentos.

A análise da conjuntura é não somente parte da arte da política como é em si mesma um ato político. Faz análise de conjuntura quem faz política, mesmo sem saber.

Mas a análise da conjuntura é uma tarefa complexa e difícil e que exige não somente um conhecimento detalhado de todos os elementos julgados importantes e disponíveis de uma situação determinada, como exige também um tipo de capacidade de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações, tendências a partir dos dados e das informações.

Não deixa de ser surpreendente que para uma atividade tão importante como é a de analisar e acompanhar o desenvolvimento da situação política e econômica de um país falte a elaboração de teorias e métodos específicos. (SOUZA, 1988, p. 8).

A partir da compatibilidade de ambas as contribuições passamos agora a apresentar os elementos fundamentais para a análise de conjuntura.

1 DURAÇÃO/RECORTE TEMPORAL – QUANDO?

A duração de uma conjuntura, como já apresentado, é variável e dada a partir do próprio fenômeno estudado. Por exemplo, se formos analisar o Golpe Militar de 31 de março de 1964 – enquanto um fato histórico – a conjuntura em que ele está inserido é a da Guerra Fria, pós 2ª guerra mundial, com seus desdobramentos internacionais e locais, e do processo de democratização da sociedade brasileira decorrido a partir de 1946. Assim tanto para elementos externos como para os internos a conjuntura do Golpe nos remete necessariamente às duas décadas que o antecederam.

Ainda sobre a duração do período a ser identificado como conjuntura, destacamos que a análise de conjuntura pode levar à necessidade de uma análise de estruturas históricas. Um exemplo colabora na compreensão da subjetividade e a duração: se o objeto de pesquisa for o surgimento dos movimentos dos sem-terra dos anos 80 no Brasil, trata-se portanto

da conjuntura da ditadura civil-militar (1964-1985). Contudo nesse caso uma análise mais profunda dessa questão nos remete a aspectos de muito maior duração, nesse caso de estruturas históricas de longa duração. No caso do acesso à terra, ou melhor, a impossibilidade desse acesso para a maior parte da população brasileira nos remete ao início da colonização, já que a concentração de terras no Brasil é uma característica estrutural da realidade brasileira desde a concepção concentradora de terra e poder da mentalidade lusa.

2 ACONTECIMENTOS/FATOS – O QUÊ? OU QUAIS?

Aqui o pesquisador precisa levantar os fatos que encadeados formaram a conjuntura, por a facilitarem e/ou mesmo a dificultarem. O grau de subjetividade se explicita claramente; porém, para minimizá-lo pode-se ampliar o máximo possível número de fatores e acontecimentos relacionados que compõem a conjuntura. O primeiro passo é diagnosticar se trata-se de uma conjuntura econômica, política, cultural ou de outra natureza. Claro que estas dimensões são intercambiáveis e se embaralham reciprocamente, contudo elas possuem especificidades, inclusive temporais. Ou seja, uma conjuntura econômica, por exemplo, pode ter uma duração diferente da conjuntura política.

Um exemplo significativo poderia ser analisarmos a conjuntura dos anos 80 do século passado e o surgimento dos movimentos dos sem-terra.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra [...] (CALDART, 2001, p. 207).

Que fatos contribuíram? Trata-se da conjuntura de redemocratização do final da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Alguns fatos se destacam: 1979 – sancionada a Lei da Anistia e o pluripartidarismo é res-

tabelecido; 1982 – eleições municipais e estaduais demonstram a rejeição ao governo militar; 1984 – Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná; 25 de janeiro de 1984 em São Paulo, primeiro comício pelas “Diretas Já”; 1987-88 – Assembléia Nacional Constituinte.

Há de se observar que os fatos acima elencados são apenas alguns para demonstrar o processo histórico de constituição da conjuntura que favoreceu o surgimento desse significativo movimento social para a história recente do Brasil. Também se deve destacar que, no caso desse exemplo aqui apresentado, uma leitura das estruturas históricas é indispensável para explicar porque chegamos aos anos 2000 com 4,5 milhões de famílias sem terras no país e uma concentração exorbitante como se pode observar na tabela 1².

Tabela 1 – Divisão Fundiária no Brasil

Extensão das propriedades rurais (hectares)	Total de terras ocupadas	Total de propriedades
Até 10	2,7 %	47%
Mais de 1.000	43 %	0,91%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006 (formulação própria).

3 LOCAL/CAMPO DE ANÁLISE – ONDE?

O aspecto da localização espacial da conjuntura também se apresenta de suma importância, pois a acuidade de se tratar de uma conjuntura local, regional, nacional ou internacional constitui-se em um elemento fundamental na qualidade da análise. Essas múltiplas conjunturas são interrelacionadas e por isso mesmo é necessário buscar suas conexões. No caso da criação do Movimento dos Sem Terra, a conjuntura nacional é preponderante – embora não se possa descartar os elementos regionais que facilitaram a ocorrência do Congresso na região de Cascavel no Paraná, por exemplo.

4 SUJEITOS (INDIVIDUAIS, COLETIVOS, INSTITUIÇÕES...) – QUEM?

Ao longo de todo esse processo de construção da conjuntura, o pesquisador explicita sua concepção histórico-política. Ao elencar os su-

² Sendo que a agricultura familiar emprega 75% da mão-de-obra no campo, em 2006 foi responsável pela produção de 70% do feijão consumido no país, 87% da mandioca, 58% do leite, 46% do milho, 34% do café e do arroz. Fonte: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2009/09/30/ult1808u147291.jhtm>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

jeitos históricos fundamentais para construção de uma conjuntura, ele a apontará de forma irrefutável. Nesse particular, há vários posicionamentos: o pesquisador pode tratar somente de figuras históricas individuais consagradas como “grandes personagens” advindas das elites; ou com figuras singulares do amplo espectro social – como expressa a “a história do ponto de vista dos de baixo” de Jim Sharpe³ –; ou ainda com a concepção de sujeitos coletivos. As opções do analista resultarão numa leitura completamente diferente sobre a conjuntura e do próprio fato estudado.

Assim, no caso da análise da conjuntura da criação do Movimento do Sem-Terra nos anos 80 do século XX, as opções de contar essa história destacando os ‘grandes personagens’, os personagens anônimos, ou a partir de sujeitos coletivos, obviamente remetem a resultados distintos e conseqüentemente a conjunturas diversas a serem analisadas.

5 RELAÇÕES DE FORÇAS

As correlações de força estão em movimentos permanentes, contudo pode ser observada alguma constância durante uma dada conjuntura. A relação dos múltiplos sujeitos históricos

[...] podem ser de confronto, de coexistência, de cooperação e estarão sempre revelando uma relação de força, de domínio, igualdade ou de subordinação. Encontrar formas de verificar a relação de forças, ter uma ideia mais clara dessa relação é decisivo se se quer tirar conseqüências práticas da análise da conjuntura. Algumas vezes essa relação de forças se revela através de indicadores até quantitativos, como é o caso de uma eleição: o número de votos indicará a relação de forças entre partidos, grupos e classes sociais.

Outras vezes devemos buscar formas de verificação menos “visíveis”: qual é a força de um movimento social ou político emergente? (SOUZA, 1988, p. 13).

No caso da criação do Movimento dos Sem Terra, a conjuntura expõe que no final da década de 70 a “distensão” do governo militar,

³ Cf. SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 39-62. Outros autores também desenvolveram suas pesquisas e análises a partir desta perspectiva. Uma síntese foi realizada por ARAUJO, Josefa Paula de Araujo em “A história vista de baixo”, disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-historia-vista-de-baixo/103228/>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

ou seja “abertura política de forma lenta, gradual e segura” apontava uma nova correlação de forças, pendendo nesse caso o lado da democracia e da participação popular e levando a eventos como o Congresso no Paraná e à manifestação de São Paulo. Ambos teriam sido impossíveis de ocorrer em 1968⁴, por exemplo.

6 ARTICULAÇÃO ENTRE CONJUNTURAS E ESTRUTURAS HISTÓRICAS

Nesse aspecto é interessante observar determinantes históricos de longa duração que interferem na consecução da conjuntura. As estruturas históricas são condicionantes de ordem econômica, política, social e/ou cultural. No caso do Movimento do Sem-Terra há necessidade de uma observação longínqua, dos 5 séculos que produziram a mentalidade político-social de concentração de terras, poder e riquezas da qual decorre a exclusão da maior parte da sociedade.

A elite brasileira aprendeu com os portugueses a conservar as estruturas sociais a partir da não distribuição de terras. Desde as Capitânicas Hereditárias até hoje, as poucas mudanças que ocorreram quanto ao acesso a terra foi o fato de ela ser, desde meados do século XIX, uma mercadoria, aliás, de alto valor. No campo e nas cidades, o trabalhador é mantido na condição de subordinado justamente porque é historicamente alijado da participação política e das decisões de toda ordem na sociedade brasileira. (VIEIRA, 2014a, p. 15).

A história do Brasil nos mostra que em todas as conjunturas de mudanças políticas, como por exemplo, a Proclamação da Independência, ou da República, a questão da democratização do acesso à terra não foi objeto de preocupação das elites que lideravam esses processos. O sistema latifundiário e a escravidão são estruturas fundamentais da sociedade brasileira e deixam suas marcas permanentemente. Assim uma análise de conjuntura do surgimento do Movimento dos Sem Terras não pode denegar suas relações com essa estrutura histórica de longa duração, da realidade e da mentalidade brasileiras. O que em última instância explica porque,

⁴ O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968 – durante o governo de general Costa e Silva – expressou a conjuntura mais dura da ditadura civil-militar (1964-1985). Suspendeu os direitos constitucionais e deu ao governo o poder de punir arbitrariamente aqueles considerados inimigos da pátria.

embora o Movimento dos Sem Terra tenha surgindo em 1984, a reforma agrária continua ser uma necessidade um ‘eterno’ *vir a ser*.

O percurso aqui desenvolvido buscou expor os principais aspectos de uma análise de conjuntura e demonstrar as múltiplas possibilidades dessa metodologia que: pode ser utilizada nos estudos do passado ou do presente; contribui na compreensão de fenômenos de ordem social, política, econômica ou cultural; e facilita a observação das relações entre fatos e estruturas históricas de longa duração, entre múltiplos sujeitos históricos e suas correlações de força – aspectos fundamentais numa análise histórica.

Em síntese. A análise de conjuntura, empreendida numa perspectiva histórica, consiste num instrumento metodológico eficaz para estudos das várias ciências humanas, que para o passado quer para o presente. Nessa, os fenômenos sociais de toda ordem resultam de uma conjuntura histórica que é analisada a partir dos seguintes elementos: duração temporal, fatos e sujeitos históricos, espacialidade envolvida, correlação de forças, as relações entre esses elementos e as estruturas históricas de longa duração. Deste modo, a análise de conjuntura numa perspectiva histórica consegue explicitar o processo histórico em que ocorreu o fenômeno contribuindo assim para uma percepção mais global da realidade social.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Tradução Carlos da Veiga Ferreira. Lisboa: Teorema, 1985.

_____. *Escritos sobre a história*. Tradução J. Guinsburg e Tereza C. S. Mota. 2. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016>. Acesso em: 10 fev. 2015.

IBGE. Censo Agropecuário de 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 39-62.

SOUZA, Herbert J. *Como se faz análise de conjuntura*. Petrópolis: Vozes, 1988.

VIEIRA, Rosângela de Lima. *Fernand Braudel: a relação do método historiográfico e o conhecimento histórico*. 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

_____. (Org.). Prefácio. In: _____. *Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2014a. p. 13-24.

_____. O golpe militar de 1964 na perspectiva braudeliana: fato, conjunturas e estruturas históricas. In: BRABO, Tânia. (Org.). *Direitos humanos, educação e participação popular: 50 anos do golpe*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2014b. p. 65-90.